



NOVO HORIZONTE

Rua José Fabro, Nº 001, Centro · Novo Horizonte/sc · CEP 89998000

Contato: diretor.pla@cimam.sc.gov.br · 4932141045

Declaração de Atividade Não Constante na Resolução CONSEMA 11410/2025



Verifique a veracidade das informações usando o QRcode ao lado ou acessando o endereço web abaixo:

<https://sinfat.ciga.sc.gov.br/licenca/baixar/111782/55873>

Empreendedor

Nome: EMERSON VITOR DA VEIGA LINHARES

CPF/CNPJ: 00878956921

Endereço: LINHA BOM RETIRO, S/N - CASA, INTERIOR

CEP: 89838000

Município: GALVÃO

Estado: SC

Empreendimento

EMERSON VITOR DA VEIGA LINHARES - 00678956921

Endereço: LINHA ROVARIS, nº 0, INTERIOR

CEP: 89998000

Município: NOVO HORIZONTE

Estado: SC

Coordenadas UTM: X 325811.95, Y 7071507.0

Descrição do Empreendimento

AQUISIÇÃO DE HORAS MAQUINAS PARA ENLEIRAMENTO DE PEDRAS (SEM CORTE DE VEGETAÇÃO) NA MATRICULA 19579.

Declaração

Conforme resolução CONSEMA nº 250/2024, art 2º, XXV - Declaração de Atividade Não Constante é o documento que declara que a atividade não integra a Listagem de Atividades Sujeitas ao Licenciamento Ambiental e, portanto, não passível de licenciamento ambiental. Esta Declaração de Atividade Não Constante (DANC), NÃO se configura como documento autorizativo para instalação, operação ou ampliação da atividade ou empreendimento.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente.
A autenticidade das informações e de seus assinantes pode ser verificada pelo QR-Code ou submetendo o documento original ao site <https://validar.iti.br>

Esta declaração está vinculada à exatidão das informações prestadas pelo empreendedor/requerente no ato do requerimento .

O órgão ambiental poderá, a qualquer momento, exigir o licenciamento ambiental caso verifique discordância entre as informações prestadas e as características reais do empreendimento/atividade.

Prazo de Validade

A presente declaração foi **emitida em 12 de novembro de 2025** e é **válida até 12 de novembro de 2026**, observadas as condições deste documento.

Advertência

Os dados e informações apresentados são de inteira responsabilidade do empreendedor e do responsável técnico que o representa. Lembramos que a apresentação de informações ou documentos falsos é crime, ficando os responsáveis sujeitos às penalidades previstas na LEI 9.605/98, Art. 69-A. Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 1o Se o crime é culposo: Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

§ 2o A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se há dano significativo ao meio ambiente, em decorrência do uso da informação falsa, incompleta ou enganosa.

Data, local e assinantes

NOVO HORIZONTE, 12 de novembro de 2025

Leandro Martins D'Ávila

Engenheiro Agrônomo